

1
2
3
41
2
3
4
5
6

Ata da reunião **extraordinária** do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado do
Maranhão, realizada no dia **nove** de **janeiro**
de dois mil e quatorze, às dez horas.

7 **1 – Local e data:** Procuradoria Geral de Justiça, aos nove dias de janeiro de dois mil e
8 quatorze, às dez horas.//

9 **2 – Presidência:** Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro, Procuradora-Geral de Justiça,
10 em exercício.//

11 **3 – Procuradores de Justiça presentes:** *Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, Suvamy*
12 *Vivekananda Meireles, Krishnamurti Lopes Mendes França, Raimundo Nonato de*
13 *Carvalho Filho, Selene Coelho de Lacerda, José Henrique Marques Moreira,*
14 *Francisco das Chagas Barros de Sousa, Regina Maria da Costa Leite, Lígia Maria da*
15 *Silva Cavalcanti, Flávia Tereza de Viveiros Vieira, Paulo Roberto Saldanha Ribeiro,*
16 *Rita de Cassia Maia Baptista Moreira, Sâmara Ascar Sauaia, Themis Maria Pacheco*
17 *de Carvalho, Mariléa Campos dos Santos Costa, Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf, e*
18 Ausências justificadas nos termos da certidão emitida pela Coordenação de
19 Recebimento e Distribuição de Processos, no dia 09 de janeiro de 2014, dos
20 Procuradores de Justiça: *Regina Lúcia de Almeida Rocha, Ana Lídia de Mello e Silva*
21 *Moraes, Iracy Martins Figueiredo Aguiar, José Antonio Oliveira Bents, Domingas de*
22 *Jesus Fróz Gomes* que se encontram em gozo de férias ou licença. Constatando o
23 *quorum* legal a senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, registrando a presença
24 dos Promotores de Justiça: *Maria da Glória Mafra Silva, Carlos Jorge Avelar Silva,*
25 *Pedro Lino Silva Curvelo, José Cláudio Almada Lima Cabral Marques, Sirlei Castro*
26 *Aires Rodrigues, Fabíola Fernandes Faheína Ferreira, Núbia Zeile Pinheiro Gomes e*
27 *José Augusto Cutrim Gomes, Presidente da AMPEM.*//

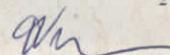
28 **4 – Discussão e aprovação das atas das sessões dos dias 07 e 18, e 28/11/2013.**
29 Votações adiadas para a próxima sessão face ao requerimento da Procuradora de Justiça
30 Themis Maria Pacheco de Carvalho, diante da importância dos temas a serem discutidos
31 na presente sessão, que foi por unanimidade aprovado.//

32 **5 – MATÉRIAS VOTADAS:**

5
6

1 **5.1 – Proc. nº 2536AD/2012.** Origem: Procuradorias de Justiça. Interessados: Themis
2 Maria Pacheco de Carvalho e outros. Assunto: Deliberação acerca das providências a
3 serem tomadas pelo Órgão Ministerial no que diz respeito à Segurança Pública.
4 Discussão:

5 - A Procuradora de Justiça Themis Maria Pacheco de Carvalho explicou que em razão
6 dos recentes episódios de defeitos no sistema de gravação e transmissão das sessões
7 deste Órgão Colegiado estaria gravando o áudio da presente sessão no iphone para, caso
8 fosse necessário, recorrer à gravação. Passou em seguida a explicar que o motivo da
9 presente sessão extraordinária foi o triste e lamentável episódio deste final de semana,
10 que culminou com a morte de uma criança com 98% (noventa e oito por cento) do corpo
11 queimado, e tendo verificado o silêncio do Órgão do Ministério Público que em nenhum
12 momento foi a público para falar sobre esses episódios como outras instituições o
13 fizeram, assistindo inerte às acusações do sistema de segurança ao Poder Judiciário, que
14 diante das acusações veio a público para se defender, o Ministério Público ficou não
15 somente mudo como também esquecido no meio dessa batalha entre o sistema de
16 segurança e o Judiciário, como se não existisse; e, sendo o Colégio dos Procuradores o
17 órgão máximo da instituição e podendo propor ao Procurador-Geral de Justiça, na forma
18 do art. 11, III, providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais e
19 tendo verificado a total inércia da administração dos órgãos da Procuradoria Geral do
20 Ministério Público para explicar à sociedade sobre suas ações, justificando o que tinha
21 feito, o que estava fazendo e o que faria de concreto naquele momento, a Procuradora
22 de Justiça Themis Maria Pacheco de Carvalho relatou que indignada publicou sua
23 indignação nas redes sociais. A Procuradora de Justiça Themis falou, ainda, que assim
24 como o Ministério Público procurou apoio da população quando na votação da PEC nº
25 37, agora também a população tem pedido socorro e merece uma explicação sobre a
26 atuação do Ministério Público enquanto órgão colegiado. Por esses motivos, a
27 Procuradora de Justiça Themis, em sua fala, criticou o ofício nº 32/2014, datado de
28 06.01.2014, enviado à Governadora do Estado pela Procuradora-Geral de Justiça,
29 solicitando, entre outros itens, a requisição da Força Nacional, que está em São Luís
30 desde 14/10/2013, além da instalação de um Gabinete de Gestão Integrada, que já
31 deveria ter sido gestado junto à Governadora em outras ocasiões; deslocamento de
32 presos para presídios federais, ideia já refutada pelo Secretário de Segurança Pública e





1
2
3
4

1 amparo às famílias da vítima, que já havia sido determinado pela Secretaria de Direitos
2 Humanos, mostrando-se inútil o citado ofício. Falou, ainda, de uma carta enviada por
3 alguns Promotores de Justiça à Corregedoria Geral de Justiça para que interviesse junto
4 à Procuradora-Geral de Justiça para serem recebidos para uma reunião, que não ocorreu,
5 para tratarem, entre outros assuntos, sobre a terceirização de serviços junto à
6 Penitenciária de Pedrinhas, sendo esse um dos motivos apontados para a crise do
7 sistema penitenciário do Maranhão. Falou, ainda, sobre a inclusão de uma reunião
8 realizada no dia 19/11/2013, pela Escola Superior do Ministério Público, para discutir a
9 segurança pública no Relatório de ações entregue pela Procuradoria Geral de Justiça aos
10 Procuradores de Justiça, sendo essa reunião resultado do clamor de alguns Promotores
11 de Justiça Criminais, em razão de não terem sido ouvidos pela Procuradora-Geral de
12 Justiça, reunião essa, segundo a Procuradora de Justiça Themis, boicotada pela
13 Administração Superior, porque após a marcação da reunião na ESMP a Procuradoria
14 Geral de Justiça, através dos seus órgãos, marcou uma outra reunião no prédio da
15 Procuradoria Geral, para o mesmo dia marcado para a reunião promovida pela ESMP,
16 para a qual convocou os Promotores de Justiça. A Procuradora de Justiça Themis,
17 concluiu sua fala, questionando sobre as ações promovidas pelo Ministério Público
18 quanto ao problema da segurança pública no Maranhão.//

19 - O Procurador de Justiça Suvamy Vivekananda Meireles, na condição de Corregedor-
20 Geral, falou que achou opoturna a convocação do Colegiado para discutir e aprovar
21 ações sobre a segurança pública, e, em seguida, abriu mão da palavra para falar em
22 outro momento na sessão.//

23 - O Procurador de Justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho iniciou sua fala
24 destacando que o que está sendo discutido é a omissão do Ministério Público, relatando
25 que ficou envergonhado ao ouvir um cidadão comum anarquizar o Ministério Público
26 no programa de rádio de Geraldo Castro, sendo essa uma preocupação de todos do
27 Ministério Público. Destacou que todo Colegiado é responsável pela situação em que se
28 encontra a segurança pública, com o aumento da violência nos presídios e na cidade, e
29 que se ressentia da ausência de ações coordenadas pelo Ministério Público para
30 investigar as ações criminosas no nosso Estado acerca da má gestão, no combate da
31 corrupção, ressaltando que o Ministério Público precisa assumir uma postura da defesa
32 dos Promotores de Justiça que atuam no combate à violência, sendo que o momento é

5.
6



1
2
3
4

1 de construir uma pauta na qual o Ministério Público possa atuar com segurança e
2 mostrar para a sociedade que está atuando no combate às ações criminosas.//

3 - O Procurador de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, também, fazendo o uso da
4 palavra mostrou sua indignação diante do caos instalado no Sistema Carcerário do
5 Maranhão, cujos problemas aumentam igual a uma “bola de neve”, sendo
6 desnecessário apontar os culpados e sim buscar soluções para esses problemas.//

7 - A Procuradora de Justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, em seguida,
8 com a palavra, demonstrou sua preocupação com a imagem que o Ministério Público
9 diante dessa crise do sistema carcerário, sendo, inclusive, notícia internacional,
10 sabendo-se que é um problema nacional a crise no sistema carcerário, porque em um
11 passado não muito distante outros Estados passaram por situações semelhantes. Disse,
12 ainda, que na leitura do relatório da Procuradoria Geral de Justiça, tem-se a impressão
13 que os Promotores de Justiça não estão fazendo nada, pois se percebem vários
14 inquéritos instaurados sem conclusão, dizendo que se ressentem do silêncio da
15 Procuradora-Geral de Justiça em se pronunciar para responder a sociedade acerca da
16 atuação do Ministério Público, diante das notícias veiculadas na mídia.//

17 - O Procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa, em seguida, fez suas
18 considerações acerca das leis brasileiras que não são cumpridas, bem como a ausência
19 da implementação das políticas públicas, como a lei de execução penal e o estatuto da
20 criança e do adolescente. Nesse momento de crise o primeiro passo é admitir a
21 existência do problema e, após, refletir sobre soluções possíveis para o seu
22 enfrentamento, pois, é comum nesses momentos criar-se um clima de defesa onde os
23 órgãos e autoridades tendem a apenas se defender, mencionando que está fazendo sua
24 parte, mas o momento é para o Ministério Público fortalecer a sua atuação e integrar
25 mais as suas instâncias entre o Procurador de Justiça e o Promotor de Justiça, para atuar
26 na solução desse problema.//

27 - O Procurador de Justiça José Henrique Marques Moreira, tomando a palavra, lembrou
28 alguns dispositivos da lei de execução penal como o direito a um espaço mínimo para
29 cada pessoa presa. Passou a fazer algumas reflexões sobre a necessidade de
30 acompanhamento dos processos para exigir celeridade, citando sua experiência na
31 criação de cadastro e acompanhamento de ações civis públicas, ressentindo-se da
32 ausência do apoio da Administração Superior ao trabalho de Promotores de Justiça e até

5
6



1
2
3
4

1 de Procuradores de Justiça. Destacou algumas denúncias, como a divisão de espaço
2 entre os presos provisórios com presos com condenação definitiva e excesso de prazo;
3 na área da improbidade administrativa, como o mal uso de recursos que merece uma
4 investigação, destacando que são várias áreas envolvidas que devem ser investigadas
5 pelo Ministério Público, sendo a situação complexa que envolve a parte criminal, os
6 direitos humanos, a probidade administrativa, propondo a composição de uma comissão
7 mista composta por Procuradores de Justiça na área criminal, na área de direitos
8 humanos e na área cível para reunir informações acerca das investigações das mortes
9 ocorridas, acompanhar os inquéritos policiais e apurar as responsabilidades.//////////

10 - O procurador de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau sugeriu que a comissão fosse
11 formada apenas por Procuradores de Justiça e auxiliada pelos Promotores de Justiça.////

12 - A Procuradora de Justiça Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf sugeriu que os colegas
13 Promotores de Justiça presentes fossem ouvidos, proposta cuja votação foi adiada para
14 após a fala do Corregedor-Geral do Ministério Público.//////////

15 - O Procurador de Justiça Suvamy Vivekananda Meireles, fazendo uso da palavra,
16 relatou que desde que assumiu como Corregedor-Geral do Ministério Público já fez
17 várias reuniões com os Promotores de Justiça criminais. Que em 27 de agosto de 2013,
18 expediu, como Corregedor-Geral, recomendação para o preenchimento, pelos
19 Promotores de Justiça com atribuição, do formulário para visitas mensais nos presídios
20 do Estado e sua remessa ao CNMP, regularizando o relatório junto ao CNMP. Após uma
21 visita dos conselheiros do CNMP e entrevista com alguns membros do Ministério
22 Público do Maranhão, em outubro de 2013, foi relatado que ao final da reunião
23 externaram a importância da retomada da discussão acerca da assinatura do termo de
24 cooperação indicando a construção imediata de presídios de segurança máxima em São
25 Luís e Imperatriz, a realização de concurso público para agentes penitenciários e a
26 investigação dos homicídios dentro dos presídios até aquela data, não sendo destacado
27 pelo CNMP nenhuma falha cometida pelos Promotores de Justiça do Ministério Público
28 do Maranhão. Já no dia 27 de dezembro de 2013, a Corregedoria Geral emitiu um ofício
29 aos Promotores de Justiça com atuação na área criminal notificando-os a informarem as
30 medidas tomadas sobre a crise no sistema penitenciário e convocando-os para uma
31 reunião na Corregedoria Geral para reunidos, elaborarem uma pauta de medidas
32 imediatas. Explicou, ainda, que o requerimento dirigido à Governadora do Estado foi

5
6

5



1 pensado no domingo por ele e por outros Procuradores de Justiça e Promotores de
2 Justiça, sugerindo medidas concretas do Governo do Estado. Informou que, no dia de
3 ontem, foi emitida a Recomendação nº 001/2014-CGMP, aos Promotores de Justiça da
4 capital que atuam nas áreas da Execução Penal, Controle Externo da Atividade Policial,
5 Probidade Administrativa e Direitos Humanos, para que sejam adotados procedimentos
6 administrativos, em caráter de urgência, a fim de apurar os problemas que caracterizam
7 a grave crise do sistema prisional do Estado do Maranhão. No documento, os
8 Promotores de Justiça foram orientados também a fazer o acompanhamento e propor
9 correções na execução das medidas, supostamente em curso, apurando eventuais
10 irregularidades cometidas, acompanhar o trabalho da Polícia Militar no interior dos
11 estabelecimentos prisionais, verificando o modo pelo qual se operacionaliza essa
12 atuação. No rol de recomendações aos Promotores de Justiça consta ainda a proposição
13 de medidas protetivas e assistenciais às vítimas dos crimes comandados pelas
14 organizações criminosas, bem como aos seus familiares, e a apuração das
15 responsabilidades criminais pelos homicídios e danos cometidos tanto dentro como fora
16 dos estabelecimentos carcerários desde 2009, fixando prazo para a conclusão dos
17 respectivos inquéritos. Ao fim, a Recomendação indica que os Promotores de Justiça
18 citados informem à Corregedoria Geral do MPMA e à Procuradora-Geral de Justiça, a
19 cada período de 30 (trinta) dias, sobre todas as providências tomadas e os resultados
20 obtidos.//////////

21 - A Procuradora de Justiça Lígia Maria da Silva Cavalcanti reiterou o seu
22 posicionamento de que, independentemente de empatia ou não, manifesta-se
23 oportunamente, expondo questões que precisam ser enfrentadas pelos Procuradores de
24 Justiça, principalmente, por aqueles com atuação criminal. Relatou, que a proposta de se
25 investigar a fundo o sistema prisional, já foi dito pelo próprio Ministério Público, e que
26 há quase 40 (quarenta) anos atrás elaborou uma pesquisa junto à Penitenciária Agrícola
27 de Pedrinhas, e que na época listou 67 (sessenta e sete) problemas, inclusive, a
28 existência de corrupção dentro da Penitenciária. Defendeu, em sua fala, que os
29 Procuradores de Justiça Criminais têm que ter a coragem e a habilidade para entrarem
30 no sistema prisional para ouvir o preso, desde que se respeite as regras mínimas ditadas
31 pela ONU, pois não se pode só ouvir o outro lado, é preciso ouvir também as
32 atrocidades que ocorrem dentro das penitenciárias. É tempo para se deixar de ouvir que



1
2
3
4

1 o Ministério Público inicia mas não conclui suas atividades, e que todos do Colégio de
2 Procuradores querem melhorar e deixar de fazer de conta, é necessário investigar, e não
3 se pode colocar essa carga enorme em cima dos Promotores de Justiça, é necessário
4 investigar as empresas sem licitação que fornecem quentinhas aos presos, porque que
5 esses convênios e essas promessas de construção e reparação dos presídios, estão todos
6 em fase de contratação, com exceção da reforma do presídio de Imperatriz. Finaliza,
7 fazendo um pedido aos colegas para mudarem a mentalidade, ressaltando a importância
8 de ações de ressocialização de presos e necessidade de união e ir em busca de resultados
9 práticos.//

10 - A Procuradora de Justiça Selene Coelho de Lacerda, informou que em função do
11 tempo, resumiu sua fala apenas para expor sua indignação quanto aos homicídios que
12 têm ocorrido nos presídios do Maranhão, e que precisa ver resultados práticos quanto à
13 responsabilização dos gestores e que a Administração Superior deve apoiar os
14 Promotores de Justiça e que essa reunião deve ter resultados práticos, e não apenas em
15 nível de recomendação. Sugeriu, por fim, a designação de uma comissão formada por
16 Procuradores de Justiça para apurar a responsabilidade de todas as autoridades que
17 gestionam o Estado e o Ministério Público, com a instauração de procedimento
18 administrativo nesse sentido.//

19 - Após as manifestações dos Procuradores de Justiça acerca da situação carcerária e a
20 insegurança generalizada no Estado do Maranhão, passou-se à votação da proposta do
21 Procurador de Justiça José Henrique acerca da composição de uma comissão mista para
22 apurar responsabilidades cível, criminal e administrativa, formada por quatro Procuradores
23 de Justiça, dois Procuradores de Justiça com atuação criminal e dois Procuradores de
24 Justiça com atuação cível, ficando aprovado, por votação unânime, a indicação dos
25 Procuradores de Justiça Themis Maria Pacheco de Carvalho, José Henrique Marques
26 Moreira (atuação Cível) e Rita de Cassia Maia Baptista Moreira e Selene Coelho de
27 Lacerda (atuação Criminal).//

28 Nada mais havendo a relatar, Eu, **Flávia Tereza de Viveiros Vieira**, Procuradora de
29 Justiça, Flávia Tereza de Viveiros Vieira, secretária, lavrei a presente ata.

5
6

